



Uma Tragédia Brasileira

*Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho**

Resumo: Síntese de um dos capítulos da disputa pela posse de territórios no Sul do País entre portugueses e espanhóis, extraída de registros no Diário do Sargento-mor Teotônio José Zuzarte, que dá conta de uma expedição patrocinada pelo Morgado de Mateus, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo nos anos 1760.

Palavras-chave: Morgado de Mateus, Teotônio José Zuzarte, expedição ao Iguatemi, fixação de fronteiras.

Não sendo eu um historiador, mas apenas alguém que, no fim da sua carreira, desempenhou funções ligadas ao jornalismo, impressionou-me extraordinariamente o relato de uma expedição realizada no Sudoeste do Brasil e que mão amiga me deu a conhecer. O fato de o seu autor ser um militar, o Sargento-Mor Teotônio José Zuzarte, e a forma como está redigido se aproximar do que, nos nossos dias, poderíamos chamar uma *estória* jornalística, levaram-me a relembrar, perante vós, fatos extraordinários que só um acrisolado sentido do dever e uma vontade indômita poderiam ter conseguido realizar.

Iremos, então, falar dos fatos narrados no *Diário da navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Paraná e Rio Gatemy, em que se dá relação de todas as cousas mais notáveis desses rios, seu curso, sua distância e de todos os mais rios que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste diário pelo tempo de dois anos e dois meses, que principia em 10 de março de 1769*, códice existente no Museu Paulista e publicado por Afonso Taunay em *Relatos Monçoeiros e Na Era das Bandeiras*.

Julgo, contudo, necessário descrever primeiro o que se passava no Brasil e na Capitania de São Paulo à época desta narração, pois a expedição nela referida está, naturalmente, relacionada com a situação de ameaça militar espanhola que se vivia no Sul e no Sudoeste do Brasil.

* Coronel do Exército português. Comunicação apresentada em 6 de setembro de 2000, no Auditório Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Apoiamo-nos, para isso, em Heloísa Bellotto, na obra *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial. O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo*.

Ainda em vida de D. João V, foi publicado o alvará de 9 de maio de 1748, em que o Rei extinguiu a Capitania de São Paulo, subordinando-a à do Rio de Janeiro. As razões por que o fez têm a ver com a redução da população residente e da riqueza gerada devido à criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso, desmembradas de São Paulo, e, principalmente, para juntar sob o comando do Capitão-General do Rio de Janeiro a luta contra os espanhóis, ao sul, e a assistência a Minas Gerais, a noroeste. Recorde-se que, nessa época, se realizavam, mais uma vez, negociações entre as cortes de Portugal e de Espanha, para definição dos limites entre os domínios dos dois países na América do Sul, cujo resultado foi o Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750).

Não se conformaram os paulistas com essa situação e, principalmente, através dos vereadores da Câmara de São Paulo fizeram chegar ao Reino as suas queixas, particularmente centradas na dificuldade que o Capitão-General do Rio de Janeiro, pela distância em que se encontrava e pelo peso das outras atividades que exercia, tinha em administrar a Justiça.

Corroborando essas queixas e realçando outros aspectos igualmente negativos, como a carência de tropas e o estado da economia, o Conde da Cunha, já Vice-Rei do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro, expôs o assunto a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secre-

tário dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Já reinava D. José e detinha o poder governativo Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal.

Assim, em 14 de dezembro de 1764 (16 anos após a sua extinção) é de novo criada a Capitania de São Paulo e nomeado seu Capitão-General D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus.

Tratava-se de um fidalgo da Casa Real, militar de carreira, prestigiado pela sua ação no episódio da defesa da passagem do Rio Tua, em junho de 1762, quando da invasão de Portugal pelas tropas franco-espanholas, no decurso da Guerra dos Sete Anos, e transmontano de rija têmpera.

Desconhece-se o critério da sua escolha, admitindo-se que as características atrás citadas a tenham influenciado.

Após difícil viagem a bordo da nau *Nossa Senhora da Estrela*, desembarcou o Morgado de Mateus no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1765.

Das instruções recebidas do Marquês de Pombal, podem referir-se como principais preocupações a ter em conta pelo novo Governador e Capitão-General de São Paulo “a consolidação do domínio das capitanias, tanto no domínio econômico como no da defesa contra os seus confinantes e orgulhosos inimigos, onde se incluíam não só os castelhanos mas também os jesuítas e os seus índios”.

Para tal havia que criar forças militares, ao tempo, como vimos, praticamente inexistentes, aproveitando, como expressamente dizia o marquês, a “ vaidade dos paulistas”, levantando terços de milícias e ordenanças, com a concessão de prerrogati-

vas, de hábitos e tenças aos oficiais das tropas pagas, privilégios que só tinham “os do Reino”, devendo contar, ainda, com “os índios naturais dos sertões das fronteiras dos domínios de Espanha”, lembrando, contudo, a questão da liberdade dos mesmos.

Assim, em 7 de abril de 1766 e depois de concluídos os negócios que o tinham retido na Vila de Santos (certamente ligados ao fato de a Provedoria de São Paulo ter permanecido em Santos), o governador tomou posse depois de, no dia anterior, ter entrado na cidade “assistido pelo universal gosto e aplauso de toda a nobreza e povo”, como o próprio diz em carta de 28 de abril do mesmo ano enviada ao Marquês de Pombal.

No seu discurso de posse, depois de referir “os relevantes serviços com que os paulistas se distinguiram em benefício da Pátria e da Coroa Portuguesa”, afirma que vem encarregado de restaurar o antigo esplendor da capitania e enumera as ações que se propõe realizar para atingir tal fim e que eram: acrescentar as suas povoações, estender os seus domínios, fertilizar os campos com a agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas, idear novos caminhos, penetrar incógnitos sertões, descobrir ouro das suas minas, fortificar as suas praças, armar o seu Exército, e fazer observar as leis e respeitar as justiças.

Para a militarização da capitania contava o Morgado de Mateus, como auxiliares mais diretos, os sargentos-mores D. José de Macedo Souto Mayor e Castro e Manuel Caetano Zúñiga, e seus ajudantes Manuel Alberto Pessoa e Teotônio José Zuzarte que será, como vimos, o protago-

nista da extraordinária narrativa que adiante referiremos.

Em 1767, e mercê da sua ação, já o Morgado de Mateus pôde informar o marquês da existência de uma força de cerca de quatro mil homens, ao mesmo tempo que se refere às enormes dificuldades com que a mobilização se fazia, devido a várias razões que enumera, em especial a dificuldade do “engajamento espontâneo”.

Entretanto, agravava-se a situação no sul do território (ocupação espanhola de parte do Rio Grande de São Pedro) e, ao Morgado de Mateus, não escapava a necessidade do conhecimento geográfico onde se incluía o “do curso dos rios navegáveis que saem desta capitania e que podem dar entrada para os domínios de Espanha”, como eram os rios Tietê, Paraná, Paranapanema e outros.

Organizada a tropa, exercitada, fardada, armada e municada (embora com dificuldades na obtenção das armas, que vinham da Metrópole, e da pólvora, para a qual não havia matéria-prima local) e conhecido e cartografado o terreno, arquiteta o governador a sua estratégia para a luta contra a ameaça espanhola.

Nasce, assim, a tese da diversão pelo sudoeste para fixar, no Paraguai, tropas do governador de Buenos Aires, D. Pedro Cevallos, diminuindo, desse modo, a pressão ao sul.

Daí a fundação do “Presídio (ou Praça de Armas, segundo Zuzarte) de Nossa Senhora dos Prazeres e de São Francisco de Paula do Iguatemi”, e de um povoado adjacente, e bem assim, a luta pela sua sobrevivência, que tantos sacrifícios originou

e que seria fator de desentendimentos futuros entre o marquês e o governador, e que a este haviam de custar o lugar.

Contudo, quando a primeira expedição sob o comando de João Martins de Barros, nomeado Capitão-Mor Regente, partiu, em 28 de julho de 1767, com o seu objetivo principal nunca referido claramente nas instruções recebidas para não criar problemas com os espanhóis, tinha o beneplácito do Vice-Rei Conde da Cunha.

Ao fim de 55 dias de viagem, chegou a expedição ao Iguatemi e as primeiras notícias recebidas relatavam o entusiasmo de Martins de Barros pelas possibilidades de fixação no local.

Porém, não tardou que tudo se complicasse. Assim, em 1768, o governador de Buenos Aires enviou ao Conde da Azambuja que, na altura, já era o vice-rei, um protesto pela ocupação daquela zona que considerava pertencer à Província do Paraguai.

Das sucessivas trocas de cartas com pedidos, ameaças, desculpas, meias verdades etc., não nos podemos ocupar mas consideramos que tudo isso e a dificuldade de fazer chegar tão longe e por tão maus caminhos os meios em homens e abastecimentos necessários à sua manutenção, pois nunca o “Presídio” conseguiu ser auto-suficiente, contribuíram para a sua degradação e, finalmente, para a sua queda.

Contudo, as expedições iam-se sucedendo, tal como as “monções” (expedições comerciais destinadas ao abastecimento das regiões auríferas do Mato Grosso), geralmente em abril ou maio, após as colheitas, ou entre junho e agosto, no período seco, o

que facilitava a navegação nos rios e eram épocas mais salubres.

É assim que, em 13 de abril de 1769, era benzida, em Araraitaguaba (povoação a 22 léguas da capital e porto do Rio Tietê) a expedição que, sob o comando de Teotônio José Zuzarte, se preparava para largar para Iguatemi, num percurso de mais de duzentas léguas, pelas águas de “rios caudalosos e perigosos, cheios de perigos consideráveis, insetos, bichos, caças e trabalhos de toda a espécie”, como ele próprio refere no seu diário que passaremos, sinteticamente, a seguir.

Cerca de oitocentas pessoas, os povoadores, entre homens, mulheres e crianças acompanhados de toda a casta de criação e animais para produção e estabelecimento futuro (número que parece algo exagerado em relação ao número e lotação prevista para as embarcações) e custodiadas por trinta praças, iriam ser embarcadas nas 36 embarcações que tinham sido preparadas.

As embarcações eram, geralmente, abertas num madeiro inteiriço de cerca de 50 ou 60 palmos (cerca de 13 metros), com 5 a 7 palmos de boca (cerca de 1,5 metro), parecendo lançadeiras de tecelões. Desprovidas de quilha, leme ou mastro, a espessura do casco não excedia, na borda, duas polegadas. Levavam uma tripulação de oito homens: um piloto, de pé, no bico da popa, um proeiro e seis “remeiros”, todos de pé, ficando a borda do barco a um palmo do nível das águas. Como curiosidade, anote-se que o proeiro tinha a obrigação de “dar uma pancada com o calcanhar no lugar onde pisa, de sorte que este

estrondo serve de compasso para que todos metam os remos na água e a força seja igual”. À proa e à popa ficavam dois espaços vazios com 10 ou 12 palmos de comprimento (2,5 metros) nos quais não se metia carga. O da proa era para os remeiros e o da popa para os passageiros, por vezes coberto por uma espécie de barraca de baeta vermelha. O espaço no centro era destinado à carga.

Por aqui se vê como eram extremamente incômodas as condições da viagem, mesmo que as águas fossem calmas, o que raramente acontecia, como iremos ver.

Algumas horas após a partida é atravessada a cachoeira de Abaramanduaba, passada com muita velocidade e perigo mas, felizmente, sem desastre algum. De notar que o nome gentílico de “Abaramanduaba” quer dizer “onde caiu um padre”, referenciando um acidente aí sofrido pelo jesuíta José de Anchieta durante uma viagem de catequização dos índios.

Já, porém, no dia seguinte, a expedição, para vencer a cachoeira do Pirapora, teve que descarregar as embarcações para que estas passassem, carregando-as, de novo, a jusante.

Monotonamente correram os dias seguintes da descida do Rio Tietê, por vezes entrecortados pela satisfação de disporem de alimentos frescos, ou obtidos pelos caçadores nas margens do rio, ou conseguidos pela pesca.

Em 17 de abril, passava-se a barra do Piracicaba e, em 18, avistava-se a Serra de Araraquara-Guaçu (que diziam ter muitos “haveres”) e os morros de Botucatu, cobertos de frondosa mata virgem.

Na cachoeira de Barueri-Mirim, em 20 de abril, de novo tiveram que desembarcar e transportar a carga através do mato sob o assalto de nuvens de mosquitos e mutucas “que picando eram como uma lanceta. Despindo-nos, nus, esfregávamo-nos uns aos outros, uns com bolas de terra, outros com bolas de tabaco de fumo. As mulheres se remediavam umas com as outras conforme podiam e permitia a ocasião”.

Contudo, é para vencer a catarata de Avandava, em 25 de abril, que a expedição tem um espantoso trabalho. Segundo Zuzarte, “é este salto uma obra da natureza cuja altura excede as 50 braças (cerca de 100 metros) despenhando-se por ele copiosas águas”. Assim, houve que transportar cargas e canoas por um “caminho cheio de concavidades, descidas e pedras, sob a ação de muitos insetos e bichos”.

Em 27 recomeçou a viagem, sendo a noite de 28 sumamente penosa pois, além dos mosquitos, foi o acampamento invadido por enormes formigas – cujo comprimento era de uma polegada – que, além de atacar as pessoas (que se refugiaram nas árvores e dentro do rio), “estralhavam o pano chegando mesmo a atacar a cordoalha”. Zuzarte refere mesmo que tendo descalçado umas meias de linha “e procurando-as pela manhã, achei, somente o canhão de uma e o mais haviam comido as formigas”.

O desembarque na corredeira do Itupuru fica marcado por a picada estar “apinhada de carrapatos em bóias pendentes das árvores e de o assalto de uma nuvem de marimbondos (...). Fugiu cada um para seu

lado (...) as mulheres gritavam, as crianças choravam e os homens fugiam”.

Em 5 e 6 de maio, nova varação exigida pelo salto do Itapura, “majestosa obra que fabricou a natureza” e, na tarde de 6 de maio, entrava a expedição no Rio Paraná, depois de vencidas 130 léguas no Rio Tietê e 46 cachoeiras.

A descrição que o sargento-mor faz do Rio Paraná é tremenda. Depois de considerar que é semelhante ao mar por ser muito largo, referindo a sua largura, nalgumas partes, de 4 léguas (o que parece exagerado), explica que isso o torna perigoso porque, embora não tenha cachoeiras, “qualquer bafo de vento levanta tais ondas e maretas que a toda a pressa é preciso fugir e desembarcar em terra”.

Descreve as suas águas como “pestilentas e vermelhas(...) abundantes de imundices, bichos e insetos e o seu clima muito doentio e sujeito a sezões”.

Contudo, é este o caminho a percorrer e, em 7 de maio, iniciava-se navegação no Rio Paraná, descendo até a foz do Rio Bacuriú, que subiram para passar a noite “fora dos vapores maus do Rio Grande”.

No dia seguinte, afrontava a expedição o grande perigo dos redemoinhos do Jupiau. Zuzarte descreve-os como “redemoinho em porção circular alcançando de uma margem à outra que, andando continuamente as águas em volta, são tais as ondas que causa medo (...) no centro este redemoinho tem como um sorvedouro que, embebendo em si todas as águas deste rio por quase um espaço de meia hora, as torna a vomitar, lançando-as fora (...) e torna a formar novas ondas (...). E assim continuamente”.

Por essa descrição, se vê facilmente o perigo dessa passagem, que só por acaso não terminou em tragédia, pois a embarcação capitânea atravessou-se e as outras foram embater nela, valendo a perícia dos pilotos para resolver tão difícil problema.

Daí em diante e após um encalhe num baixio, tornou-se a navegação mais fácil e serena, chegando o comboio, no dia 10, à barra do Rio Pardo.

Alguns dias se demorou a expedição nessa zona, não só para explorar a região (com a intenção de “descobrir caminho por terra de Gatemi até este Rio Pardo e daí atravessando o Paraná, ir sair por terra em Sorocaba, evitando-se a navegação de tão perigosos rios”), mas também para aguardar a chegada da canoa que transportava a artilharia e que se atrasara, acontecendo que, na madrugada do dia 12, “se nos pariu neste pouso uma mulher casada, um menino macho, aqui se lhe acudiu conforme pode ser (...)”.

Em 16, porque escasseavam já os mantimentos, decidiu-se continuar debaixo de grandes chuvadas e maretas perigosíssimas para as embarcações, cuja bordas apenas emergiam alguns centímetros das águas.

Mais tarde, escapou por pouco a expedição de novo e imprevisível acontecimento, pois a correnteza do Rio Paranapanema arrastou, logo após a passagem do comboio, colossais madeiros arrancados pelo último temporal que, “embrulhando-se uns nos outros, causaram uma bulha que fazia medo”.

No dia 20, ninguém pôde dormir devido ao assalto de “mosquitos de todas as castas”; o tempo estava péssimo e o rio en-

capeladíssimo. A comitiva estava faminta, os doentes desfalecidos e o único alimento era o produto da caça e da pesca que era possível obter.

Passou-se, então, um incidente macabro. Tendo falecido há alguns dias uma moça, filha de um dos mais prestigiados emigrantes, fora o seu cadáver colocado, envolto em areia, num grande caixote de toucinho, pois seus pais queriam enterrá-la na foz do Rio Iguatemi, perto do seu local de destino. Começou, porém, a circular entre os povoadores que o transporte daquele caixote era a causa de todos os males que afligiam a expedição e exigiram que se sepultasse a defunta, “o que se executou bem contra a vontade dos seus pais”.

Em 24 de maio, depois de percorridas 70 léguas e três quartos no Rio Paraná, chegava a expedição à foz do Rio Iguatemi, que subiram com as mesmas dificuldades em transpor cachoeiras, em resistir à chuva, ao frio, à fome e aos ataques dos insetos, que sempre os acompanharam nessa viagem.

Em 2 de junho, registrou-se o encontro com o Capitão-Mor João Martins de Barros que, com cerca de trinta homens, veio ao encontro da expedição, o que muito os alegrou, “e logo se repartiu a gente de refresco pelas embarcações, descansando os miseráveis que já não podiam mais trabalhar”.

Finalmente, no dia 12 de junho, “chegamos às sete horas da noite com muita alegria de todos, dando muitos tiros, correspondendo também da praça com outros tantos de espingarda, chegamos ao porto de desembarque (...) e aí achamos o Capi-

tão João Alves Ferreira que nos veio receber no barranco do rio (...) desembarcamos todos e entramos na Praça, onde cada um se aquartelou por onde pôde”.

Não termina aqui a narração de Zuzarte, pois descreve com minúcia a fortaleza e a vida das suas gentes, os contatos com os espanhóis e as sucessivas pragas de ratos, pulgas, grilos e gafanhotos, que tudo destruíam e deixavam cada vez mais depauperada a guarnição que ainda sofreu um ataque do “gentio”, resolvido com várias “conversas pela língua” e a entrega de alguma ferramenta, devido às ordens do “ministério”, que “proibiam fortemente que se ofendessem aqueles bárbaros e que só por bem se catequizessem”.

Contudo, por aqui nós teremos que ficar, embora a seqüência do diário relate fatos tão curiosos e interessantes que dariam para mais umas horas de conversa.

EPÍLOGO

Infelizmente, essa história que o diário imortalizou no aspecto humano acaba mal.

A Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi foi tomada pelos espanhóis, em 1777, depois de alguma resistência da sua reduzida guarnição aos três mil homens de D. Agustim Fernando de Pinedo, governador do Paraguai.

O Morgado de Mateus caiu em desgraça e foi substituído, em julho de 1775, por Martin Lobo de Saldanha. Desde esse momento até a sua morte, em 1798, não mais cessará de procurar sua reabilitação e de apresentar a defesa da sua ação, aliás, sem grande êxito.

O Sargento-Mor Teotônio José Zuzarte, apesar dos seus feitos, termina, também, ingloriamente, pois ausentou-se sem licença para Lisboa, foi castigado “até que teve licença de isenção do Regimento”, falecendo em janeiro de 1794.

Poderíamos dizer, como Pessoa, que “são as malhas que o Império tece”, mas

preferimos nos socorrer de Camões, para deixar, aqui e agora, uma sentida homenagem a todos que “em perigos e guerras esforçados mais do que permitia a força humana” contribuíram, de alguma forma, para a fixação das fronteiras do grande Brasil de hoje.



Salão nobre do Palácio da Independência, Lisboa, Portugal, onde teve lugar a 2ª fase do simpósio.